

do o *statu quo* contra os seus conterrâneos, perderam duplamente: sofreram a re-provação e as represálias dos seus e a ingratidão ou o não reconhecimento dos outros: à semelhança do que aconteceu na guerra da Argélia, com os harkis, isto é os Argelinos que tomaram o partido da França, Portugal continua em dívida para com aqueles que renunciaram a ser eles e acabaram por nunca chegarem a ser outros...

Os nautas de ontem regressaram numa madrugada de Abril para reconquistar o seu país e redefinir a Lusitanidade pela pertença à Europa e assim cumprir a Portugalidade. Mas estes nautas também já não são os que partiram com vontade de ficar nem os que ficaram com vontade de partir⁵ já não são eles nem são outros, aqui feridos no corpo e/ou na alma, todos diferentes tentando sermos todos iguais, já que lá como cá, algures ou nenhures cada um repete para si: eu não sou eu nem sou o outro...

MARGARIDA RIBEIRO¹

As mulheres portuguesas e a Guerra Colonial

Na epopeia camonianiana os versos que precedem a fala do Velho do Restelo contra a “glória de mandar e a vã cobiça” falam das “mães, das esposas e das irmãs”, cujas lágrimas banhavam a “areia branca” da praia de embarque

*As mulheres cum choro piadoso,
Os homens com suspiros que arrancavam.
Mães, Esposas, Irmãs, que o temeroso
Amor mais desconfia, acrecentavam
A desesperação e frio medo
De já nos não tomar a ver tão cedo.²*

Introduzindo, pela via feminina, o tom de disforia na epopeia narrada no poema, ao expor os lamentos e as dúvidas expressas pelas esposas e pela universal figura da *mater dolorosa*, Camões, ao mesmo tempo que sensibiliza o seu leitor para o sofrimento envolvido na gesta dos Descobrimientos, enaltece-os não somente enquanto aventura masculina de partida, mas também enquanto aventura feminina das mulheres que ficavam e que, pela via do amor, questionavam a partida dos futuros heróis do mar.

⁵“O emigrante português, posto que se adapte muito bem, nunca se dissolve no meio; também quando regressa já não é o homem que daqui partiu”. F. da Cunha Leão, *O Enigma Português*, Guimarães Editores, Lisboa, 1992, 3ª edição.

• “... homens da terra (os portugueses) atraídos ao mar”... “nunca deixando de todo o lugar de onde, nem o lugar para onde”. Cf. F. da Cunha Leão, op- cit. pag. 212.

¹ Doutorada em Literatura Portuguesa, King's College, Universidade de Londres. Leitora de português em França e Reino Unido. Professora convidada na Holanda e Brasil. Investigadora Associada do King's College, Universidade de Londres.

Agradeço a Helder Macedo, Suzette Macedo e Roberto Vecchi os comentários que fizeram a este artigo.

² Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV, 89, Lisboa: Instituto Camões, 1992, p. 117.

Porque is aventurar ao mar iroso
 Essa vida que é minha e não vossa?
 Como por um caminho duvidoso,
 Vos esquece a afeição tão doce nossa?
 Nosso amor, nosso vão contentamento,
 Quereis que com as velas leve o vento?" (...) ³
 "Nós outros, sem a vista alevantarmos
 Nem a mãe, nem a esposa, neste estado,
 Por nos não magoarmos ou mudarmos
 Do propósito firme começado,
 Determinei de assi nos embarcarmos,
 Sem o despedimento costumado,
 Que, posto que é de amor usança boa
 A quem se aparta, ou fica, mais magoa." ³

A partir de então o cais ficou registado no imaginário português como espaço de dor e separação — ou no célebre verso de Álvaro de Campos numa "saudade de pedra" ⁴. E essa saudade petrificada é essencialmente feminina. Mas, o mesmo poeta e soldado que é o Camões de *Os Lusíadas* e que deixa as mulheres no cais chorando e lamentando a partida dos homens amados, em carta de Goa, pede a uma amigo no reino, não com pouca ironia e após juízos pouco lisonjeiros sobre as mulheres locais e as pouquíssimas portuguesas residentes ⁵, o envio de mulheres portuguesas para a então longínqua Índia.

Por amor de mim, que às mulheres dessa terra digais de minha parte que, se querem absolutamente ter alçada com baracão e pregão, que não receiem seis meses de má vida por esse mar, que eu as espero com procissão e pálio, revestido em pontifical, aonde as estoutras senhoras lhe irão entregar as chaves da cidade, e reconhecerão toda a obediência, a que por sua muita idade são já obrigadas.

³ Luís de Camões, *op. cit.*, Canto IV, 91 e 93, pp. 117-118.

⁴ O topos não é novo em *Os Lusíadas* na medida em que já o vemos em algum Gil Vicente, poetas do *Cancioneiro Geral* e até, sob máscaras, em algumas cantigas. No entanto, é em *Os Lusíadas* que ele assume um valor histórico e ideológico determinante. Cfr. Álvaro de Campos, "Ode Marítima", in *Obras Poéticas*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977, p. 215.

⁵ Cfr. "Se das damas da terra quereis novas, as quais são obrigatórias a carta como marinheiros à festa de S. Frei Pero Gonçalves, sabeis que as portuguesas todas caem de maduras, que não há cabo que lhe tenha os pontos, se lhe quiserem lançar pedaço. Pois as que a terra dá? Além de serem de rala, fazei-me mercê que lhes faleis alguns amores de Petrarca ou de Boscão; respondem-vos ua linguagem meada de ervilhaca, que trava na garganta o entendimento, a qual vos lança água na fervura da mor quentura do mundo. Ora julgai, Senhor, o que sentirá um estômago acostumado a resistir às falsidades de um rostinho de tauria de ua dama lisbonense, que chia como picarinho novo com a água, vendo-se agora entre esta carne de salé, que nenhum amor dá de si.", "The Correspondence of Camões (with introduction commentaries, translation and notes by Clive Willis)", *Portuguese Studies*, 11, 1995, pp. 58 e 60. Agradeço a Helder Macedo ter-me chamado a atenção para esta carta de Camões.

É sabido que ao longo das carreiras marítimas várias mulheres embarcaram rumo às terras do império. O pioneiro estudo de Charles Boxer revela-nos a sua insidiosa presença nas naus rumo ao Oriente, temática que aliás tem vindo a ser objecto de atenção de vários estudiosos ⁶. Nas crónicas de batalhas travadas no norte de África, nomeadamente nas que relatam o desastre de Alcácer Quibir, é referida a presença de mulheres e até crianças destinadas a colonizar em família as terras que a vitória traria e que, perante a fatídica derrota, terminaram por padecer em cativeiro ⁷. Também para o Brasil foram partindo gerações de mulheres portuguesas que muito contribuíram para sedimentar a colonização do território. Nas actas do congresso internacional "O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa" realizado em Lisboa em 1994, encontramos, de forma sistematizada, uma série de trabalhos que nos revelam o histórico rosto da mulher portuguesa que ficou, mas também da que partiu, começando assim a preencher-se o silêncio assinalado por Elaine Sanceau em "Mulheres Portuguesas no Ultramar", onde a autora, referindo-se primeiramente às esquecidas histórias das mulheres portuguesas que habitavam na Índia portuguesa, alarga o seu discurso chamando a atenção para o esquecimento maior a que tinham sido votadas todas as "corajosas mulheres de Portugal, que acompanharam os maridos para onde quer que eles fossem — para África, para o Norte, Este e Oeste, para o Brasil, para a Índia e para o extremo Oriente." ⁸ Muitos dos textos reunidos nas actas do referido congresso lançam um olhar atento às prováveis antecessoras remotas e recentes das mulheres que acompanharam os maridos na guerra colonial, referindo ora as mulheres que nos séculos XV e XVI nas praças marroquinas lutavam na retaguarda com

⁶ Charles Boxer, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*, Lisboa: Livros Horizonte, 1975. Cfr. ensaios publicados nas actas do Congresso Internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: Actas I e II, Cadermos Condição Feminina*, 43, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1995 e a revista *Oceanos*, "Mulheres do mar salgado", 21, Janeiro/ Fevereiro, 1995.

⁷ Cfr. "Era triste ver 200 crianças de peito; e mais de 800, entre mulheres, rapazes e raparigas, que tinham vindo na companhia dos maridos e pais, com a ideia de se fixarem na terra, trazendo abundância de correntes e cordas para atar prisioneiros mouros, quando serviram para os próprios cristãos, dos quais ficaram sete mil cativos, sem contar as duzentas crianças de peito e as oitocentas mulheres e seus filhos." "A Jornada de África", de um autor marsalhês, in Oliveira Martins, *Portugal nos Mares*, Lisboa: Guimarães Editores, 1994, p. 329. Ver também Isabel Drumond Braga, "Mulheres Cativas e Mulheres de Cativos em Marrocos no Século XVII", *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: Actas I*, pp. 439-448.

⁸ Elaine Sanceau, "Mulheres Portuguesas no Ultramar", Porto: Livraria Civilização, 1979, p. 175. Refira-se, no entanto, que para além da existência de algumas obras documentais, a literatura colonial escrita por mulheres, narra frequentemente estes percursos. Sobre a literatura colonial feminina referente a África ver os estudos de Ana Paula Ferreira, "Malhas Que o Império Tece": Literatura Colonialista e Mulheres no Estado Novo", in *Actas do V Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas* (org. T. F. Earle), Coimbra/ Oxford: Lidel, 1998, pp. 647-655 e "Continentes Negros" com o Nome de Portugal: O "Feitiço" Colonialista de Maria Archer", *Discursos*, 13, Outubro, 1996, pp. 85-98. Em termos de estudos variados sobre a mulher e a expansão ver as actas do já referido colóquio *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*. Sobre a importância do trabalho pioneiro da citada Elaine Sanceau na divulgação deste "rosto feminino da expansão" ver Luísa Alves, "A Mulher na Obra de Elaine Sanceau", *Actas II*, pp. 223-233.

os seus maridos⁹, ora àquelas que seguiram os rumos da colonização africana¹⁰. Mas, como fica patente na bibliografia de Maria Regina Tavares da Silva — *A Mulher — Bibliografia Anotada 1598-1998* — este passo das mulheres portuguesas parece ter ficado quase invisível, encontrando apenas em alguma ficção colonial o seu lugar de registo, e assim apontando numa direcção que me sugere que o rosto feminino da expansão/colonização aparece não tanto em documentos e registos, mas na ficção e poesia, linha que me parece encontrar a sua continuidade, mas também o seu epílogo, na literatura sobre a guerra colonial escrita por mulheres.

A ficção e a poesia portuguesa que aborda a guerra colonial está povoada de episódios que ficcionalizam ou poetizam situações de saudade amorosa das mulheres deixadas no cais, das surdas revoltas a que elas se lançavam neste “tempo incerto” que “não aquietava, / nem a guerra, o lenço muito/ molhado das mulheres”¹¹ — como escreveu Fiamma Hasse Pais Brandão — levando-nos a pensar sobre o quanto a guerra terá alterado o mito dos brandos costumes e os comportamentos sexuais das mulheres e, apoiando-me nas palavras de Manuel Alegre, na conseqüente importância social e política do acto das jovens mulheres da época que “entregavam a virgindade sem cálculo nem resistência” num “acto de rebelião e cumplicidade que profundamente subvertia tudo”¹². Destas mulheres que ficaram — como namoradas, mulheres ou mães — fala-nos a coragem das *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, ao denunciarem, entre muitas outras “clausuras”, o estado em que os homens vinham das Áfricas¹³. Na poesia, surgem os subversivos poemas de Fiamma Hasse Pais Brandão, os “insurrectos” versos de Luíza Neto Jorge ou o solidário poema de Olga Gonçalves *Movimento (1964-71)*. E, já depois do 25 de Abril, o tema das mulheres que ficaram no cais, não mais da saudade, mas “do desastre”, volta no romance de Teolinda Gersão, *Paisagem com Mulher e Mar ao Fundo*. Estas eram as mulheres que ficavam. E as que iam?

⁹ Veja-se *ibid.*, *Actas I*, as seguintes comunicações: Bernard Rosenberger, “Relations entre Portugais et Musulmanes au Maroc au xv^e siècle”, pp. 375-386; Ana Maria S. A. Rodrigues e Maria de Fátima Moura Ferreira, “Mulheres Portuguesas em Marrocos — Imagens do Quotidiano Feminino nos Séculos xv e xvi”, pp. 417-431; Paulo Drumond Braga, “D. Maria de Eça, Capitoa de Ceuta nos Meados do Século xvi”, pp. 433-437; Ana Roque, “Considerações sobre a Mulher no Contexto da Expansão Portuguesa no Norte de África (As Praças do Sul de Marrocos)”, pp. 449-466.

¹⁰ Cfr. Maria Isabel Vale Ferreira, “A Mulher Portuguesa no Interior de África. Irene Gil: a descrição de uma viagem”, *ibid.*, *Actas II*, pp. 295-303 e Fernanda Angius, “A Presença da Mulher na Legislação da Expansão”, *ibid.*, *Actas I*, pp. 775-787. Veja-se também os textos sobre a acção das mulheres missionárias: Estela Pinto Ribeiro Lamas, “O Papel da Mulher Missionária Europeia em terras de Moçambique” e de Maria Augusta Romero de Sousa, “Contributo das Franciscanas Missionárias de Maria na Expansão Portuguesa”, *ibid.*, *Actas II*, pp. 527-534 e pp. 535-552 respectivamente.

¹¹ Fiamma Hasse Pais Brandão, “Sítios do campo”, *Obra Breve*, Lisboa: Teorema, 1991, p. 73.

¹² Manuel Alegre, *Jornada de África*, Lisboa: Dom Quixote, 1989, p. 70.

¹³ Cfr. “mas como é que eu podia saber que o meu António havia de vir assim das Áfricas, ele que era uma pessoa, não desfazendo, de tão bom coração e desde que veio das guerras anda transtornado da cabeça e me mete medo grita noite e dia, bate-me até se fartar e eu ficar estendida.” Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa, *Novas Cartas Portuguesas*, Lisboa: Editorial Futura, 1974, p. 245.

Lídia Jorge, uma das mulheres que escreveu sobre as mulheres que partiram para África em tempos da guerra colonial, declarou, numa entrevista, a propósito do seu livro, *A Costa dos Murmúrios*, que não quis escrever um livro sobre a guerra, mas sim “sobre a violência, o estertor de uma época.”¹⁴ E de facto não se trata de um livro da memória da guerra como fez Lobo Antunes ou da vivência da guerra como João de Melo e tantos outros fizeram, mas da memória da retaguarda da guerra composta pelas muitas mulheres portuguesas que foram “para a guerra” acompanhar os maridos, e que em *A Costa dos Murmúrios*, assim como em *Percursos — Do Luachimo ao Luena*, de Wanda Ramos, ganham corpo, voz e protagonismo. A este propósito, comenta a escritora Lídia Jorge na referida entrevista: “Lembro-me que quando cheguei à Beira houve um militar que disse esta coisa interessante: “Só os Cartagineses levavam as mulheres para a guerra — e agora, os Portugueses.”¹⁵ A questão imediata perante esta afirmação seria: Por que razão esta situação de excepção das mulheres portuguesas revelada na provocadora afirmação do militar? Será que ele está a dizer a verdade? Ou estará ele a incorporar e a reforçar no seu discurso-interrogação a própria retórica de excepcionalidade portuguesa veiculada pelo regime que levava a cabo esta guerra e que também neste aspecto se estaria a manifestar?

O desenvolvimento dos estudos de mulheres em Portugal, sobretudo a partir do último lustro dos anos 80, bem como as recentes comemorações dos 25 anos do 25 de Abril têm dado oportunidade a alguma reflexão sobre o papel das mulheres na sociedade portuguesa e possibilitado um olhar retrospectivo sobre o seu papel nas transformações educacionais, sociais e políticas, começando-se assim a atribuir à mulher um estatuto activo enquanto “sujeito da história”. No entanto, apenas Helena Neves em *Abril Mulheres*, sublinha a importância da Guerra Colonial e do surto emigratório como duas realidades que fizeram “estilhaçar a filosofia salazarista sobre a mulher, anjo, guardiã do lar”, levando as mulheres para o mundo da actividade produtiva e para as lutas em que acabaram por se envolver¹⁶.

¹⁴ Inês Pedrosa entrevista Lídia Jorge, “Este é um livro sobre a violência”, *Ler*, 1, 1988, p. 13.

¹⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 10.

¹⁶ Helena Neves, “Abril Mulheres”, in João Mário Mascarenhas (org.), *Abril Mulher*, Lisboa: Biblioteca-Museu República e Resistência/CML, 1999, p. 17. Sobre colóquios, seminários, encontros e publicações ver Maria Regina Tavares da Silva, *A Mulher — Bibliografia Portuguesa Anotada 1518-1998*, Lisboa: Cosmos, 1999, pp. 105-115, 145-147 e 294-303. Atente-se em algumas publicações fundamentais na área, mas que praticamente não referem o impacto da guerra colonial na vida das mulheres portuguesas: *Mulheres em Portugal: comunicações ao colóquio organizado pelo Instituto de Ciências Sociais*, Lisboa: ICS, 1986, publicadas em *Análise Social*, XXII, 92-93, 1986; *A Mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*, Coimbra: Faculdade de Letras, Instituto de História Económica e Social, 1986, 2 vols.; *Estudos sobre as Mulheres em Portugal: actas, Cadernos Condição Feminina*, 38, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1993; *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: actas, Cadernos Condição Feminina*, 43, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1995, 2 vols.; Julieta de Almeida Rodrigues, “Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares”, *Análise Social*, XIX, 77-78-79, 1983, pp. 909-938; Maria Filomena Mónica, “A Evolução dos Costumes em Portugal, 1960-1995”, in António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa: Universidade de Lisboa/ Instituto de Ciências Sociais, 1996, p. 215-231.

Na recente e profícua bibliografia que tem saído sobre a Guerra Colonial apenas são referidas as mulheres que participaram na guerra através de instituições como o Movimento Nacional Feminino ou a Secção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa, nos quadros militares, criados para o efeito e preenchidos pelas enfermeiras pára-quadristas e mulheres ligadas a missões religiosas¹⁷. Nos jornais e revistas que, desde 1991, vêm publicando artigos sobre a guerra colonial, no âmbito das comemorações dos 30 anos de início da guerra em Angola, são muito poucos os que falam sobre a participação das mulheres na guerra colonial¹⁸.

Estudos recentes na área de estudos de mulheres, particularmente no mundo anglo-saxónico, têm vindo a lançar um olhar conjugado entre mulher e guerra, elaborando completos catálogos das diversas situações da mulher na guerra, analisando as transformações que a guerra traz às suas vidas e às famílias a elas ligadas e estudando situações bélicas específicas da Europa à África, da guerra civil americana à recente guerra na Jugoslávia¹⁹. Em nenhum destes estudos se encontra referência à situação de ida de mulheres em acompanhamento dos maridos na guerra, o que me leva a pensar que, pelo menos devido à singularidade da situação portuguesa, seria natural que nela falássemos, que a contabilizássemos e que a estudássemos. Mas, de

¹⁷ Cfr. por exemplo João Paulo Guerra, *Memória das Guerras Coloniais*, Porto: Afrontamento, 1994; José Freire Antunes, *A Guerra de África 1961-1974*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1995; Jorge Ribeiro, *Marcas da Guerra Colonial*, Porto: Campo das Letras, 1999; Nuno Mira Vaz, *Opiniões Públicas Durante as Guerras de África 1961/74*, Lisboa: Quetzal/Instituto de Defesa Nacional, 1997; José Valentim de Matos Prata, "Ultranar"... *Pequenas Histórias por Contar (1957 a 1975)*, Fundação: Edição do Autor, 1991; John Cann, *Counterinsurgency in Africa: The Portuguese Way of War, 1961-1974*, Westport, CT & London: Greenwood Press, 1997; Norrie MacQueen, *A Descolonização da África Portuguesa — A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império*, Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998; Irene Flusner Pimentel, "Movimento Nacional Feminino" e "Secção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa", in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, II, pp. 639 e 893; José Manuel Silva Pinto, "Um Exemplo da Integração das Mulheres nas Forças Armadas: as Enfermeiras Pára-Quadristas na Guerra de África", in "As Mulheres, A Identidade Cultural e a Defesa Nacional — Actas de Seminário", *Cadernos Condição Feminina*, 29, 1989, pp. 189-195; Ivone Reis, "C Serviço Militar Feminino", *Baharte*, 8, 1978, pp. 14-17; Helena Carreiras, *As Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*, Lisboa: Edições Cosmos, 1997. Apenas Arnaldo Costeira, *Eu Capitão de Abril me Confesso*, Porto: Lello Editores, 1999, inicia o seu depoimento com uma palavra sobre os "Heróis Esquecidos", as mulheres.

¹⁸ *Vértice*, 58, Janeiro/ Fevereiro, 1994, pp. 5-7; Jorge Ribeiro, "Enfermeiras Pára-Quadristas Iam às Frentes de Combate", *Jornal de Notícias*, 9 Janeiro, 1997, p. 7 e "A Pátria Carecia da Presença Feminina", *ibid.*, p. 6; Isaltina Padrão, "Um desafio à imaginação feminina", *Diário de Notícias* — "Memória Guerra Colonial", 2 Novembro, 1997, p. 28; "Tornar um Pouco Mais Quente o Natal dos Soldados", *ibid.*, p. 28; "A Irresistível Notoriedade de Cecília Supico Pinto", *ibid.*, p. 29; Paula Oliveira, "Três Opiniões Diferentes sobre o MNF", *ibid.*, p. 29; "Organizações femininas — apoio moral", *Diário de Notícias* — *Guerra Colonial*, 23, 1997, pp. 270-273 (sem referência ao autor). Ainda com origem no *Diário de Notícias* e sobre o Movimento Nacional Feminino ver Cadi Fernandes, "A Chama que Aquece os Tibios", *Retratos de Ontem* — *Diário de Notícias* — *Textos & Documentos* (Lisboa: Editorial Notícias, 1994), pp. 47-52; Manuela Cruzeiro, "Mulheres e Guerra", *Público*, 19 Março, 2000, p. 24; Leonor Figueiredo, "Experiências e Convicções de quem Passou por África" e "O Amor no Tempo da Guerra Colonial", *Diário de Notícias*, 27 Setembro, 1998, p. 7.

¹⁹ Cfr. por exemplo, Lois Ann Lorentzen e Jennifer Turpin (Ed.), *The Women and War Reader*, New York, London: New York University Press, 1998 e Sara Ruddick, *Maternal Thinking — Towards a Politics of Peace*, London: The Women's Press, 1989.

uma forma ou de outra, em estudos específicos ou em estudos mais diversos, antes ou depois do 25 de Abril de 1974, praticamente não se fala das mulheres que foram, como as cartaginesas já faziam de acordo com a afirmação do militar a Lídia Jorge, a acompanhar os seus maridos, geralmente militares graduados de carreira ou oficiais milicianos. Resta saber qual terá sido de facto o papel destas mulheres e sua qual a sua contribuição para o esforço de guerra.

Após o 25 de Abril de 1974, falou-se destas mulheres que partiram com os seus maridos em alguns romances, atribuindo-lhes rostos ficcionais de evidentes decalques biográficos, e na crítica que subsequentemente tem vindo a ler estes livros. Mas, antes do 25 de Abril, apenas nas publicações do Movimento Nacional Feminino, *Presença* e *Guerrilha*²⁰, onde a par do apelo feito às mães portuguesas para que sacrificassem os seus filhos "pela Nação", se proclamava a "missão muito certa" das mulheres-esposas que acompanhavam os maridos vivendo "dois anos em África" com a missão de "valorizar a mulher negra"²¹. Cabe perguntar: seria então esta ida das mulheres para África, em acompanhamento dos seus maridos na guerra, parte de uma política traçada nos termos tradicionais e ideológicos do regime ao combinar a missão familiar (acompanhar o marido) com a missão civilizadora ("valorizar a mulher negra")? Seria no mínimo estranho que se pensasse em colonizar com pessoas que, por definição, estavam numa situação transitória como são as comissões de serviço em tempo de guerra.

Num editorial da revista *Presença*, intitulado "Razões de uma luta", da autoria de Pedro Cabrita, propõe-se algo de muito concreto. Defendendo, na linha do regime, a presença portuguesa em África, mas assinalando claramente algumas críticas, o autor aponta como solução urgente a fixação de população metropolitana nos territórios africanos. Pedro Cabrita, constatando pelo discurso oficial que a identidade portuguesa se veiculava em termos de "nós só somos Lá", referindo-se ao Ultramar, e falando em nome da juventude universitária que ia defender esta "ideia portuguesa", escreve sobre a política a seguir:

"(...) que se faz para além do esforço militar para permanecermos Lá"

Na resposta a esta pergunta encerra-se o julgamento futuro que a Nação vai fazer aos governantes de hoje. E, se eles não envidarem todos os esforços no único sentido válido, mal vai a Nação, pior irá a Pátria. E o único sentido válido sai desta verdade: se em quatro ou cinco anos não forem qualificados na Metrópole (e qualificados técnica, cultural e politicamente) centenas de milhares de portugueses metropolitanos capazes de irem para Angola e Moçambique e

²⁰ *Presença*, Revista do Movimento Nacional Feminino, publicação mensal dirigida por Luíza Manoel de Vilhena e "Guerrilha", revista mensal, dirigida por Cecília Supico Pinto e tendo como chefe de redacção, primeiro, Martinho Simões e depois, Mário Matos Lemos.

²¹ Citado por Irene Flusner Pimentel, "Movimento Nacional Feminino", in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, 2, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 639.

se não forem colocadas essas centenas de milhares de portugueses no Ultramar, Portugal sairá de África.

A opção do Governo, portanto, só pode ser uma: criar condições através da acção de todos os Ministérios (desde o mais político ao menos político) para que seja possível colocar em Angola e Moçambique, no mais curto espaço de tempo, centenas de milhares de portugueses metropolitanos.

(...) A grandeza da ideia ultramarina — e essa é a ideia de Portugal — exige colada a esse sacrifício [dos jovens militares] toda uma enorme tarefa de povoamento, de progresso económico, cultural e social.”²²

O apelo a um acompanhamento da acção militar por uma política rápida e sólida de colonização é inequívoco, e não se estava seguramente a falar de uma colonização masculina pois, como dizia Maria Archer, referindo-se a África, tinha faltado “uma elite feminina nas colónias portuguesas (...) porque uma civilização só se fixa e define através da mulher”²³. Ora se na ordem estado-novista “a família é a fonte de conservação e desenvolvimento da raça” e o “fundamento de toda a ordem política”²⁴ e se se ia para a guerra defender a ordem política da nação, ou seja, evitar a fragmentação do corpo/ família nacional de que a guerra movida pelos africanos era expressão e desejo, então seria natural que se fosse para a guerra em família, a célula unida de controle moral e político, contra os “inimigos do exterior”, capaz de regenerar o conjunto do corpo nacional. De facto, não teria havido melhor maneira para impor/ proteger/ regenerar — a partir da estrutura mínima da nação portuguesa, a “sagrada família portuguesa” — a ordem vigente.

Mas tal como da guerra, de que se evitava falar, também não se falava desta ideia de mulheres em acompanhamento dos seus maridos na guerra, de forma que não podemos afirmar que existia uma política activa nesse sentido. Mas podemos talvez aventar que havia uma tendência que tinha por base a ideologia social e familiar de regime, a que se ligavam intenções políticas de uma colonização rápida dos territórios em conflito, visando assim manter essa “ideia portuguesa” de que falava Pedro Cabrita, e o próprio regime que a sustentava. Ao comprometer as mulheres (sobre tudo a elite, as mulheres de oficiais, pois algumas destas certamente foram) com a guerra colonial — num prolongamento do “compromisso” por elas assumido na edificação do próprio regime²⁵ — pela transferência da célula familiar para África, o Estado Novo parecia prosseguir, de forma excepcional, a sua política de colonização em família, estabelecendo um corpo militar em África. Desta forma e socorrendo-me da:

²² Pedro Cabrita, “Razão de uma Luta”, *Presença* — *Revista do Movimento Nacional Feminino*, 3, 1964, p. 5.

²³ Maria Archer, *Brasil: Fronteira da África*, São Paulo: Editora Felman-Rego, 1963, p. 166.

²⁴ Anne Cova e António Costa Pinto, “O Salazarismo e as Mulheres — uma abordagem comparativa”, *Pênelope*, 17, 1997, p. 73.

²⁵ Sobre isto ver Ana Paula Ferreira “Home Bound: The Construct of Femininity in the Estado Novo”, *Portuguese Studies*, 12, 1996, pp. 133-144 e Helena Neves “O Estado Novo e as Mulheres — o género como investimento ideológico e de mobilização”, in João Mário Mascarenhas (Org.), *O Estado Novo e as Mulheres*, Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência/CML, 2001, pp. 7-128.

reflexões de Moisés Lemos Martins sobre a família salazarista²⁶, proporcionava-se uma certa estabilidade aos deslocados metropolitanos na guerra que partilhavam com as suas famílias o dia a dia (função regeneradora da família), sendo assim esta “política” uma forma poderosa de equilíbrio de forças e de permanência nas colónias, ao contornar uma série de possíveis instabilidades e outras rupturas devidas à des-territorialização inerente à guerra (função política, vigilante, terapêutica da família). Por outro lado, este acompanhamento familiar dos militares, ao mesmo tempo que parecia apontar para uma política de fixação de populações, sobretudo nas capitais ou nas principais cidades, garantia os valores morais e políticos defendidos pelo Estado Novo evitando a mestiçagem, pelo menos ao nível das elites (função vigilante e moral da família) e dava a uma classe jovem a vivência de África, não como um lugar distante onde se ia para a guerra, mas como um lugar onde se vivia em família, se trabalhava, nasciam filhos, formavam-se crianças portuguesas e onde brotavam oportunidades de trabalho que não havia na metrópole, pois a guerra, para o bem ou para o mal, também acelera a economia, animando assim as pessoas a ir ficando ou, por outras palavras, a ir colonizando/ emigrando/ fazendo a guerra, como atitudes equivalentes ou partes do mesmo todo.

Daí que, como em Portugal, onde oficialmente nada acontecia, também em África a guerra podia ser “desvalorizada” enquanto palavra pronunciada²⁷, disfarce esse proporcionado pelas rotinas familiares diárias de quem a fazia, ainda que, como sugere a narradora de *A Costa dos Murmúrios*, a guerra se vislumbrasse em todos os gestos quotidianamente dissimulados, numa “indiferente simultaneidade” que era concomitantemente a obra máxima do disfarce e o código da sua leitura enquanto tal.

“Os episódios familiares abriam e fechavam também como um acto de respiração. Que logo desencadeava um outro. Sucediavam enquanto se dava a marcha triunfal sobre o coração mortal da guerrilha em Cabo Delgado, de que se sabia pouco em nada, mas de que não se duvidava.”²⁸

É de crer que o regime ao comprometer homens e mulheres na guerra de uma forma que podemos classificar pelo menos de invulgar, pretendia estimular uma política de colonização, que, ainda que palidamente traçada e pressentidamente atrasada, lhe permitiu produzir a imagem de uma política de paz, disfarçando a guerra. O Movimento Nacional Feminino, as múltiplas mulheres sem rosto que povoavam o *Stella Maris* de *A Costa dos Murmúrios* ou as mulheres que a protagonista sem nome de *Percursos* observa nas suas rotinas, faziam parte dessa imagem, promovendo a imagem da “mulher mãe”, “mulher casa”, “mulher pátria”²⁹ como elemento essencial na

²⁶ Cfr. Moisés de Lemos Martins, “Uma Solidão Necessária à Ordem Salazarista: A Família como Terapêutica Nacional”, *Cadernos de Ciências Sociais*, 4, Abril, 1986, pp. 77-83.

²⁷ Cfr. “A desvalorização da palavra correspondia a uma atitude mental extremamente sábia de intenso disfarce”, Lúcia Jorge, *A Costa dos Murmúrios*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1988, p. 74.

²⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 108.

²⁹ Expressões retiradas de Helena Neves, *op. cit.*, 1999, p. 15.

retaguarda (em Portugal e no Ultramar) da defesa da integridade nacional do território português. Mas, ao mesmo tempo, da clausura da “mulher mãe”, “mulher casa”, “mulher pátria”, três mulheres, pouco protegidas pela máscara da ficção, escreviam as *Novas Cartas Portuguesas*, Fiama Hasse Pais Brandão denunciava a guerra nos seus poemas e Luiza Neto Jorge falava de “soldados em manobras”. As primeiras faziam parte da imagem política a exaltar e difundir; as segundas da imagem política a apagar e a silenciar. Acredito que muitas das mulheres que foram para África, acompanhando os seus maridos na guerra, contribuíram directa ou indirectamente para a produção da imagem que o regime queria projectar, como se percebe na literatura que as refere³⁰. Mas, como também fica visível nessa mesma literatura, outras eram as mulheres portuguesas³¹. Para muitas destas mulheres, aliás à semelhança dos homens, a vivência em África foi o momento de encontro com “a realidade que era o corpo físico do nosso império”, a percepção sobre o que significava “um grande território para um pequenino país colonizador” e sobretudo o desvendar do “logro enorme” que sobre tudo isto se tecia e que levaria à inevitável e irreversível ruptura³². Lídia Jorge, que viveu em África nos anos 60/70, define, na entrevista citada, o impacto com a realidade da guerra colonial e da sociedade que a envolvia como um “esmagamento”, atestando na violência intrínseca à palavra escolhida a crise de identidade pessoal, familiar e nacional que ela, como algumas outras, terão experienciado. Sob rostos ficcionais colocados na margem do universo da guerra, registaram esta experiência, ouviram, observaram, traçaram relações com o poder e foram revelando um olhar-outro, elaborando uma razão-outra, que se tornou “uma ferramenta fantástica de representação das falsas razões do conflito bélico”³³.

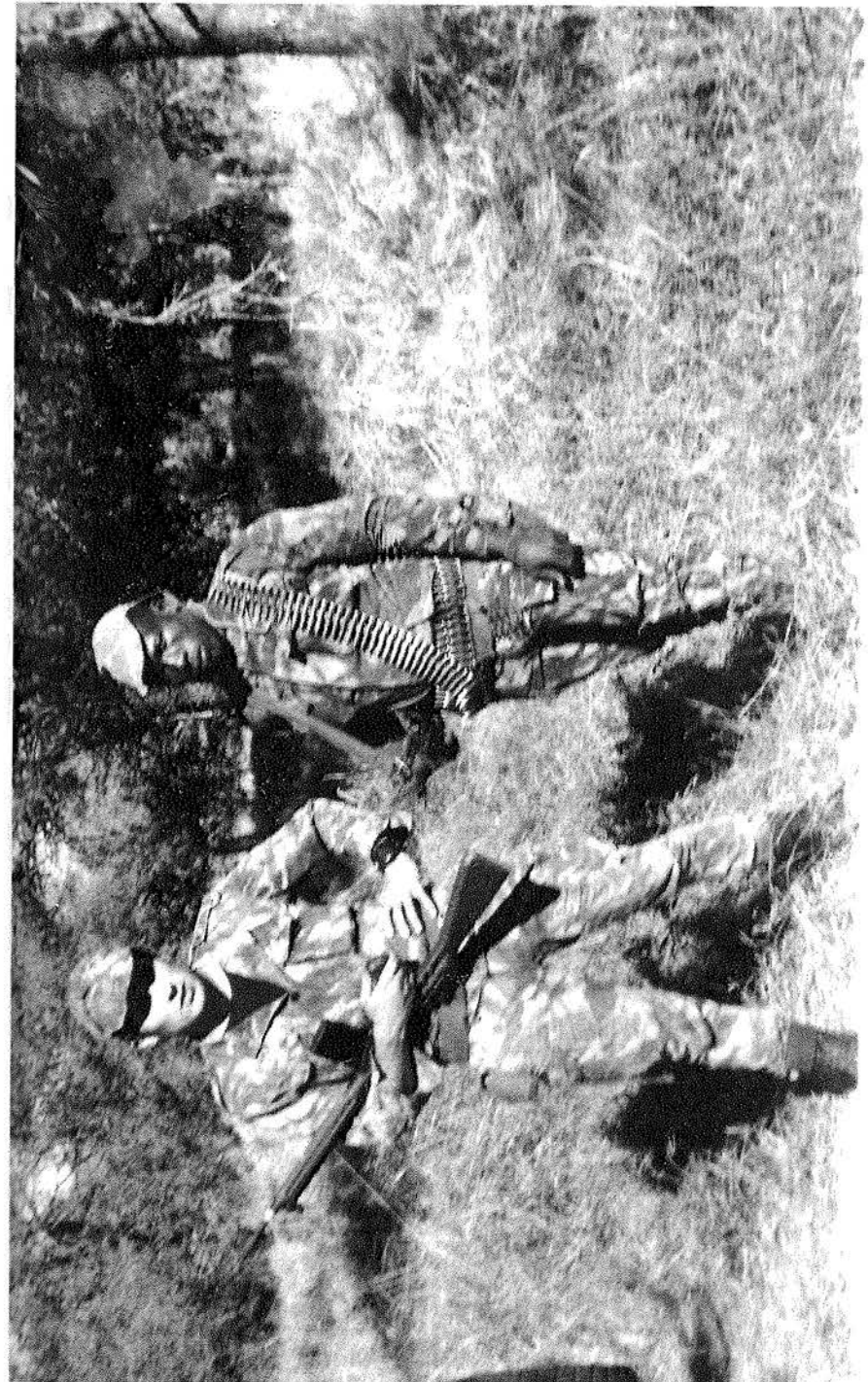
Pensando, como diz José Saramago, que “se a lei não tivesse feito calar as mulheres para todo o sempre, talvez elas, porque inventaram aquele primeiro pecado de que todos os mais nasceram, soubessem dizer-nos o que nos falta saber”, acredito que o estudo substancial da situação das mulheres portuguesas em África em acompanhamento dos seus maridos, que agora tenho em curso e de que vos trouxe algumas reflexões, nos ajudará a perceber melhor os últimos dias do Portugal colonial, da guerra que os marcou e das sociedades que daí surgiram.

³⁰ Em *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge, Evita e Helena de Tróia dominam o cenário que tem na retaguarda outras mulheres, cujas identidades ora se definem em conjunto — as “mulheres do Stella” (p. 119) as “raparigas de cabelo passado a ferro”, “mulheres dos vestidos sem costas”, “raparigas de cabelo comprido” ou “de cabelo em forma de colmeia” (p. 116), “uma moldura de mulheres que habitam o Stella” (p. 232) — ora em relação ao marido, incorporando o seu nome ou a sua categoria militar — a mulher do Ladeira, do Zurique, do Góis, do major, “a mulher do Astroga”, “a mulher do Fonseca” (p. 109), “a mulher do capitão Pedro Deus” (p. 110), “a mulher dum capitão piloto-aviador” (p. 19), “uma mulher de alferes” (p. 21). Todas estas mulheres, descritas de forma pouco elogiosa e irónica pela narradora viviam no *Stella Maris* mais preocupadas com as promoções e oportunidades de promoção e de riqueza que a guerra trazia do que com os perigos que os maridos corriam. “As mulheres do terraço (...) ouvindo o piloto (...) sabiam que estavam em fila, esperando que os seus homens desempenhassem um papel histórico” (p. 114).

³¹ Veja-se as protagonistas de *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge e de *Percursos — do Luachimo ao Luana*, de Wanda Ramos, Lisboa: Presença, 1981.

³² Citações retiradas da entrevista de Lídia Jorge a Inês Pedrosa, *op. cit.*, 1988, p. 10.

³³ Agradeço a Roberto Vecchi esta observação.



Norte de Moçambique, Maio de 1974